**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**
**SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE**
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**
**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

**BRUNO RODRIGUES**

# EDUCAÇÃO FÍSICA ANTIRRACISTA: OLHARES PARA NÃO-VIOLÊNCIA NA ESCOLA

**PONTA GROSSA**
**2026**

**BRUNO RODRIGUES**

# EDUCAÇÃO FÍSICA ANTIRRACISTA: OLHARES PARA NÃO-VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Ponta Grossa para obtenção do grau de licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho.

**PONTA GROSSA**
**2026**

# EDUCAÇÃO FÍSICA ANTIRRACISTA: OLHARES PARA NÃO-VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Bruno Rodrigues

Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho

**Resumo:** O artigo analisa como a Educação Física escolar pode contribuir para o enfrentamento do racismo e a promoção da não-violência diante de limites formativos e institucionais e de preconceitos religiosos que interferem na seleção dos conteúdos. Trata-se de um ensaio teórico, qualitativo e exploratório, apoiado em pesquisa bibliográfica e análise documental. A matriz de análise articula as cinco pedagogias integradas da paz de Salles Filho às competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular. As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 orientam a discussão sobre o ensino das práticas corporais afro-brasileiras e indígenas no currículo. Os estudos foram discutidos em quatro núcleos sobre participação, relações étnico-raciais, formação docente e saúde. A análise aponta que a contextualização das práticas corporais, a intervenção diante de discriminações e a revisão das condições de participação podem favorecer o reconhecimento cultural e a convivência. Sua continuidade depende da formação docente, do apoio da gestão e da inserção da temática no planejamento escolar.

**Palavras-chave:** educação física escolar; não-violência; educação antirracista; cultura de paz.

**Abstract:** This article analyzes how school physical education can help address racism and promote nonviolence in the face of gaps in teacher education, institutional barriers, and religious prejudice that affects content selection. It is a qualitative, exploratory theoretical essay supported by a literature review and document analysis. The analytical framework brings Salles Filho's five integrated pedagogies of peace into dialogue with the competencies and skills of Brazil's National Common Curricular Base. Laws No. 10,639/2003 and No. 11,645/2008 guide the discussion of Afro-Brazilian and Indigenous bodily practices in the curriculum. The studies are discussed across four themes covering participation, ethnic-racial relations, teacher education, and health. The analysis suggests that contextualizing bodily practices, responding to discrimination, and revising conditions for participation can foster cultural recognition and coexistence. Sustaining these practices requires teacher education, support from school leaders, and inclusion of the topic in school planning.

**Keywords:** school physical education; nonviolence; anti-racist education; culture of peace.

## INTRODUÇÃO

A Educação Física escolar participa do enfrentamento do racismo e da promoção da não-violência quando problematiza as desigualdades presentes nas práticas corporais e amplia as possibilidades de participação dos estudantes. Neste estudo, as cinco pedagogias integradas da paz de Salles Filho (2016) orientam a leitura da produção acadêmica em diálogo com as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa articulação permite discutir quais práticas favorecem o reconhecimento cultural, em que condições podem ser desenvolvidas e como a escola pode intervir diante de discriminações.

Durante muitos anos, a Educação Física esteve associada a uma prática escolar excludente, centrada no rendimento e na repetição de movimentos. O Coletivo de Autores (1992) propõe compreendê-la como prática pedagógica que tematiza a cultura corporal, expressa em jogos, esportes, danças, ginásticas e lutas. Martins (2021) discute como a predominância de referências europeias nas aulas restringe o reconhecimento de práticas de origem indígena e africana. A presença dessas práticas no currículo cria condições para investigar sua história, seus significados e a participação dos grupos que as produziram.

A Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira. A Lei nº 11.645/2008 incluiu a história e a cultura indígenas na redação do art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O dispositivo abrange o ensino fundamental e o médio, em escolas públicas e privadas, e prevê que os conteúdos sejam trabalhados em todo o currículo (Brasil, 2003, 2008). Na Educação Física, essa determinação pode orientar a organização de sequências que relacionem a vivência da capoeira, das danças e dos jogos aos contextos históricos e às comunidades de origem. O Parecer CNE/CP nº 3/2004 vincula a implementação da Lei nº 10.639/2003 à transformação das relações étnico-raciais na escola (Brasil, 2004).

No Ensino Fundamental, a BNCC prevê o enfrentamento de posicionamentos discriminatórios e o reconhecimento das práticas corporais como parte da identidade cultural dos povos e grupos (Brasil, 2018, p. 223). As leis estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, e a BNCC oferece possibilidades de trabalho para o componente. A relação entre esses documentos se torna visível nas escolhas docentes sobre quais práticas ensinar, de que modo contextualizá-las e como intervir diante de preconceitos. A distância entre a

previsão normativa e sua efetivação na Educação Física é discutida por Oliveira, Silvino e Finoqueto (2023).

O antirracismo é discutido a partir de contribuições que operam em níveis distintos. Almeida (2019) explica como a ordem social sustenta a reprodução do racismo nas instituições, o que permite interrogar regras, rotinas e decisões escolares. Munanga (2004) discute a construção da identidade nacional pela ideologia da mestiçagem e suas implicações para o reconhecimento da identidade negra. Gonzalez (2020) articula raça, gênero e classe ao discutir as experiências das mulheres negras e a divisão racial do espaço. Em conjunto, essas contribuições ajudam a compreender como as escolhas curriculares, a representação dos corpos e as condições de acesso às práticas corporais se relacionam na Educação Física escolar.

Na formação continuada estudada por Ribeiro e Brasil (2024), em Vila Velha (ES), a associação estigmatizante da capoeira e do maculelê a religiões de matriz africana apareceu entre os obstáculos ao trabalho com esses conteúdos. O caso delimita o problema discutido neste ensaio. O preconceito religioso pode restringir o repertório ensinado quando se combina com lacunas na formação docente e com a falta de apoio institucional para sustentar o planejamento. Essa relação orienta a leitura das condições de participação, de reconhecimento cultural e de enfrentamento das discriminações nas aulas.

Questiona-se como a Educação Física escolar pode contribuir para o enfrentamento do racismo e para a promoção da não-violência, à luz dos estudos selecionados, da BNCC e das cinco pedagogias integradas da paz, diante de limites na formação docente e no apoio institucional e de preconceitos religiosos que afetam a seleção dos conteúdos.

O objetivo geral é analisar, com base nos estudos selecionados, na BNCC e nas cinco pedagogias integradas da paz, como a Educação Física escolar pode contribuir para o enfrentamento do racismo e para a promoção da não-violência diante desses limites. Como objetivos específicos, busca-se (1) identificar, nos estudos analisados, práticas pedagógicas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial, (2) analisar estratégias didáticas de integração das culturas afro-brasileira e indígena nas aulas de Educação Física, considerando suas aproximações com as competências e habilidades da BNCC, e (3) discutir elementos didático-pedagógicos

que podem contribuir para uma Educação Física antirracista, articulando-os às cinco pedagogias integradas da paz.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo é um ensaio teórico de abordagem qualitativa e exploratória, apoiado em pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2002), utiliza materiais já elaborados, como livros e artigos científicos. As buscas recorreram à SciELO, ao Google Acadêmico e à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com expressões como “Educação Física antirracista”, “cultura de paz”, “educação e diversidade”, “leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008” e “BNCC”.

Foram priorizados estudos sobre Educação Física escolar relacionados ao antirracismo, à diversidade cultural e à Cultura de Paz, além de trabalhos que auxiliam a discutir a formação docente e as desigualdades raciais na saúde. A seleção excluiu textos voltados exclusivamente ao rendimento físico sem relação com o problema de pesquisa. O intervalo de 1992 a 2026 corresponde aos anos de publicação dos materiais reunidos, incluindo obras clássicas e documentos normativos. A pesquisa se baseou na leitura de textos e documentos, sem coleta de dados diretamente com participantes.

A Cultura de Paz, o Antirracismo na Educação Física e as Legislações e Diretrizes Educacionais constituíram os três eixos transversais da leitura interpretativa dos materiais. Na análise documental, confrontou-se o que as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e o Parecer CNE/CP nº 3/2004 estabelecem com a forma como a BNCC trata o reconhecimento cultural, a participação e o enfrentamento de preconceitos. A literatura foi mobilizada para discutir a distância entre essas orientações e as condições em que os professores selecionam conteúdos e intervêm diante de discriminações.

Os três eixos orientaram a interpretação dos materiais. Para apresentar os resultados, a discussão foi organizada em quatro núcleos temáticos que tratam das desigualdades de participação nas aulas, das relações étnico-raciais no currículo, das práticas antirracistas e dos desafios da formação docente e, por fim, das relações entre Educação Física, saúde e desigualdades raciais.

A matriz de análise cruza as competências gerais da Educação Básica e as competências específicas, dimensões do conhecimento e habilidades de Educação

Física no Ensino Fundamental com as cinco pedagogias de Salles Filho (2016). A Pedagogia dos Valores Humanos orienta a leitura dos valores atribuídos a corpos e práticas. A Pedagogia dos Direitos Humanos permite analisar as condições de acesso e reconhecimento. A Pedagogia da Conflitologia orienta a discussão das intervenções diante de exclusões e discriminações. A Pedagogia da Ecoformação contribui para examinar as relações entre práticas corporais, comunidade e ambiente. A Pedagogia das Vivências/Convivências orienta a leitura das experiências de cooperação e participação. Em cada núcleo, essas aproximações são discutidas a partir dos achados dos estudos e do que a BNCC prevê para o componente.

O Quadro 1 apresenta os artigos utilizados na análise temática e no referencial da Educação para a Paz. A síntese de cada artigo foi conferida no texto integral. O Quadro 2 reúne as obras de fundamentação teórica e metodológica e os documentos educacionais e institucionais utilizados na discussão.

**Quadro 1 – Artigos científicos analisados**

(continua)

| Autor(es) e ano | Título e periódico | Síntese do estudo | Contribuição para o TCC |
|---|---|---|---|
| Salles Filho (2016) | Educação para paz: um caminhar no pensamento complexo através de cinco pedagogias integradas e complementares<br>*Revista Polyphonía* | Apresenta cinco pedagogias integradas da paz com base no pensamento complexo. | Orienta a matriz de análise e a leitura dos quatro núcleos. |
| Nobrega (2020) | Por uma educação física antirracista<br>*Revista Brasileira de Educação Física e Esporte* | Estudo teórico e entrevistas discutem a atuação de docentes negros e a construção da identidade afro-brasileira. | Relaciona saberes docentes, reconhecimento e pertencimento no núcleo sobre saúde. |
| Corrêa e Rodrigues (2021) | Reconhecer para enfrentar: práxis pedagógica antirracista na educação física escolar<br>*Motricidades* | As narrativas de oito docentes mostram estratégias de ensino e de reconhecimento da diversidade étnico-racial. | Fundamenta a discussão sobre intencionalidade pedagógica, protagonismo e formação docente. |
| Martins, B. R. (2021) | Diversidade Cultural, descolonização e educação [física] antirracista<br>*Revista Espaço Acadêmico* | Discute a predominância de referências europeias nas aulas e a ampliação do repertório cultural. | Fundamenta a contextualização das práticas de origem indígena e africana na introdução. |
| Mattos e Monteiro (2021) | Educação Física: corpos negros e insurgências epistêmicas<br>*Revista Brasileira de Ciências do Esporte* | Propõe um currículo insurgente com referências afrodiaspóricas e a filosofia Ubuntu. | Sustenta a análise do reconhecimento cultural e das hierarquias curriculares. |
| Martins, Vasquez e Mion (2023) | Associações entre gênero, classe e raça e participação nas aulas de Educação Física<br>*Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde* | Analisa o tempo de atividade física autorreferido na PeNSE 2015 e 2019, com resultados que variam conforme o modelo. | Fundamenta a discussão das desigualdades de participação nas aulas. |
| Oliveira, Silvino e Finoqueto (2023) | Acenos para uma educação física antirracista: caminhos árduos a percorrer após 20 anos de implementação da Lei nº. 10639/2003<br>*Revista Cocar* | Examina seis artigos e apresenta possibilidades pedagógicas em diálogo com a Lei nº 10.639/2003. | Ajuda a discutir a distância entre a previsão legal e sua efetivação no ensino. |

**Quadro 1 – Artigos científicos analisados**

(conclusão)

| Autor(es) e ano | Título e periódico | Síntese do estudo | Contribuição para o TCC |
|---|---|---|---|
| Palma, Araújo e Rodrigues (2023) | Pesquisa em atividade física e saúde: a urgência de uma epistemologia decolonial<br>*Revista Brasileira de Ciências do Esporte* | Ensaio que questiona a universalização de modelos de pesquisa em atividade física e saúde. | Orienta a crítica à responsabilização individual e a leitura das barreiras sociais de acesso. |
| Corsino et al. (2024) | Educação física escolar e interseccionalidades: da coeducação ao antirracismo na experiência mimética com a juventude<br>*Revista Brasileira de Ciências do Esporte* | Articula interseccionalidade, coeducação e antirracismo a partir de um relato autobiográfico docente. | Ajuda a interpretar as desigualdades de participação e a organização das experiências coletivas. |
| Cortes e Pereira (2024) | Rumos da pesquisa brasileira em educação física escolar e a interseccionalidade<br>*Corpoconsciência* | Mapeia estudos em periódicos e dissertações do ProEF sobre Educação Física escolar e interseccionalidade. | Fundamenta a discussão sobre a articulação dos marcadores de classe, raça e gênero. |
| Ribeiro e Brasil (2024) | A influência religiosa na prática do docente: limitações identificadas na escolha dos conteúdos que contemplem a Lei 10.639/03 e a BNCC, na construção das aulas de educação física do município de Vila Velha - ES<br>*Contribuciones a las Ciencias Sociales* | Relata formação continuada sobre capoeira e maculelê e analisa dificuldades associadas ao preconceito religioso. | Delimita o problema e fundamenta a discussão sobre seleção de conteúdos e formação docente. |
| Santos et al. (2024) | O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro<br>*Physis: Revista de Saúde Coletiva* | Reflete sobre o impacto do racismo estrutural na saúde de adolescentes negros com base na teoria ecossocial. | Relaciona saúde e desigualdades raciais aos determinantes sociais. |
| Silva, Saura e Zimmermann (2025) | Práxis docente para uma Educação Física Escolar Antirracista<br>*Revista Brasileira de Educação Física e Esporte* | Mobiliza revisão teórica e grupo focal para discutir corporeidade, oralidade, rodas e planejamento coletivo. | Fundamenta a análise das Vivências/Convivências e da organização das aulas. |
| Alves Braz e Domingos (2026) | Os desafios da formação docente para a educação das relações étnico-raciais (ERER) e a Lei 10.639/03: revisão integrativa<br>*Revista Educação & Ensino* | Revisão de 18 artigos discute lacunas de formação, falta de materiais e resistências institucionais. | Apoia a discussão das condições de formação docente para a educação das relações étnico-raciais. |

Fonte: elaboração do autor com base nos artigos analisados.

**Quadro 2 – Fontes teóricas, metodológicas e documentais**

| Autor(es) e ano | Título | Natureza e publicação | Contribuição para o TCC |
|---|---|---|---|
| Coletivo de Autores (1992) | Metodologia do ensino de educação física | Livro · Cortez | Fundamenta a compreensão da Educação Física escolar como prática pedagógica que tematiza a cultura corporal. |
| Gil (2002) | Como elaborar projetos de pesquisa | Livro · Atlas | Fundamenta a caracterização da pesquisa bibliográfica. |
| Brasil (2003) | Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 | Lei federal · Diário Oficial da União | Estabelece a obrigatoriedade da temática de história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. |
| Brasil (2004) | Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004 | Parecer · Conselho Nacional de Educação | Orienta a educação das relações étnico-raciais e a transformação das práticas escolares. |
| Munanga (2004) | Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra | Livro · Autêntica | Fundamenta a discussão sobre a ideologia da mestiçagem e o reconhecimento da identidade negra. |
| Brasil (2008) | Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 | Lei federal · Diário Oficial da União | Inclui a história e a cultura indígenas no art. 26-A da LDB, mantendo o ensino de história e cultura afro-brasileira. |
| Brasil (2018) | Base Nacional Comum Curricular | Documento curricular · Ministério da Educação | Orienta a análise de competências, dimensões do conhecimento e habilidades relacionadas ao problema. |
| Almeida (2019) | Racismo estrutural | Livro · Sueli Carneiro e Pólen | Sustenta a discussão sobre a reprodução institucional do racismo e a responsabilidade da escola. |
| Gonzalez (2020) | Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos | Livro · Zahar | Fundamenta a leitura das desigualdades de raça, gênero e classe e da divisão racial do espaço. |
| Geledés e Instituto Alana (2023) | Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira | Relatório · Instituto Alana | Subsidiou a discussão sobre a oferta declarada de formação em relações étnico-raciais pelas secretarias participantes. |

Fonte: elaboração do autor com base nas obras e nos documentos citados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os quatro núcleos discutem como raça, gênero, classe social e território atravessam as experiências corporais dos estudantes e suas condições de participação, representação e pertencimento. A análise de cada núcleo articula os estudos à BNCC e às pedagogias da paz pertinentes ao problema discutido. A seção integradora retoma essas relações e discute suas implicações para a prática pedagógica.

### Racismo, Desigualdades e Participação nas Aulas de Educação Física

A participação em práticas corporais no âmbito escolar ocorre em condições desiguais. Martins, Vasquez e Mion (2023) analisaram o tempo semanal de atividade física nas aulas de Educação Física a partir da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) de 2015 e 2019. As comparações descritivas registraram menor tempo entre meninas, estudantes negros e estudantes de escolas públicas em relação aos respectivos grupos de comparação. O tempo foi autorreferido pelos estudantes, e a associação com raça variou conforme o modelo estatístico empregado.

O modelo que incorporou a região da escola também identificou diferenças territoriais. O Sul apresentou o maior coeficiente em relação ao Nordeste, adotado como referência (Martins; Vasquez; Mion, 2023).

A diferença entre meninas e meninos nas duas edições da PeNSE ajuda a problematizar a organização das aulas. A análise de gênero, raça e classe exige observar como o acesso às atividades é distribuído e quais estudantes encontram menos oportunidades de praticar. Nas aulas, essa questão pode ser discutida considerando a formação das equipes, a distribuição dos papéis e o tempo de envolvimento nas atividades.

Raça, gênero, classe e território se articulam nas experiências dos estudantes e condicionam suas possibilidades de participação. A Educação Física escolar pode reproduzir essas desigualdades ou criar condições para problematizá-las e enfrentá-las. Historicamente, a Educação Física no Brasil participou de projetos marcados pela ideologia higienista e pela regulação dos corpos (Coletivo de Autores, 1992). Reconhecer esse legado ajuda a examinar as formas de exclusão ainda presentes nas aulas.

A dimensão Construção de valores da BNCC pressupõe intervenção pedagógica voltada ao respeito às diferenças, e a competência específica 5 orienta o

enfrentamento de preconceitos nas práticas corporais (Brasil, 2018, p. 221, 223). Os resultados de Martins, Vasquez e Mion (2023) permitem perguntar em que condições essa orientação pode ser concretizada. A Pedagogia da Conflitologia ajuda a reconhecer as exclusões nas equipes como situações que exigem intervenção docente, com atenção às diferenças de poder entre os estudantes. Pela Pedagogia das Vivências/Convivências, jogos cooperativos, alternância de papéis e regras elaboradas em conjunto podem ser examinados pela participação que efetivamente proporcionam, inclusive aos estudantes menos envolvidos nas atividades (Salles Filho, 2016).

**Educação Física Escolar e Relações Étnico-Raciais**

Outro núcleo identificado refere-se à necessidade de repensar o currículo da Educação Física escolar a partir das relações étnico-raciais. Mattos e Monteiro (2021) propõem a construção de um currículo insurgente fundamentado em estudos afrorreferenciados, na estética afro-diaspórica, na filosofia Ubuntu e em uma perspectiva intercultural. As autoras problematizam a centralidade de referências eurocentradas na organização curricular e destacam seus efeitos sobre a representação dos corpos, a construção das identidades e as experiências de pertencimento dos estudantes. Nessa perspectiva, a Educação Física assume papel relevante por trabalhar diretamente com o corpo como forma de expressão, comunicação e produção cultural.

A incorporação de danças, músicas, esportes, lutas e demais práticas corporais de matrizes africanas e afro-brasileiras amplia as possibilidades de reconhecimento da diversidade corporal e cultural na escola. A valorização de corporeidades e expressões identitárias afro-diaspóricas ajuda a questionar a centralidade dos referenciais eurocentrados. Oliveira, Silvino e Finoqueto (2023) identificam que a articulação entre a Educação Física e a Lei nº 10.639/2003 ainda é incipiente, embora o componente reúna possibilidades de trabalho com lutas, danças, esportes, jogos e brincadeiras.

A filosofia Ubuntu, apresentada por Mattos e Monteiro (2021) como referência para um currículo insurgente, acrescenta à discussão a dimensão da coletividade. A valorização de referências negras pode contribuir para que estudantes negros encontrem no espaço escolar elementos de reconhecimento de suas histórias,

culturas e identidades. A inclusão da capoeira como prática corporal afro-brasileira permite discutir esse reconhecimento nas aulas.

No bloco do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, as habilidades EF35EF01, EF35EF09 e EF35EF13 incluem, respectivamente, brincadeiras e jogos, danças e lutas de matrizes indígenas e africanas. A EF35EF12 prevê identificar injustiças e preconceitos nas danças e demais práticas corporais e discutir formas de superá-los (Brasil, 2018, p. 229). Entre essas quatro habilidades, nenhuma nomeia expressamente o racismo ou a discriminação racial. A proposta curricular de Mattos e Monteiro (2021) ajuda a examinar esse limite. A vivência prevista nas habilidades oferece uma abertura para o ensino dessas práticas, e a perspectiva antirracista exige discutir quais histórias, sujeitos e conhecimentos receberam menor reconhecimento no currículo.

A Pedagogia dos Valores Humanos ajuda a perguntar quais valores sustentam a desqualificação de uma manifestação cultural. A Pedagogia dos Direitos Humanos permite discutir o reconhecimento das identidades e dos saberes dos estudantes como parte do direito à educação (Salles Filho, 2016). Uma possibilidade nas aulas é relacionar a vivência da capoeira à sua história e às comunidades que a mantêm, abrindo espaço para discutir estereótipos e formas de desvalorização.

**Práticas Pedagógicas Antirracistas e Desafios da Formação Docente**

O terceiro núcleo reúne estudos que discutem possibilidades de construção de práticas pedagógicas antirracistas na Educação Física escolar, bem como os desafios enfrentados pelos docentes nesse processo. Corrêa e Rodrigues (2021), ao analisarem a práxis pedagógica antirracista, reforçam o papel ético-político do docente e a necessidade de práticas comprometidas com a transformação social. Nesse contexto, a formação inicial e continuada constitui uma dimensão relevante para compreender as relações étnico-raciais, conhecer os marcos legais e desenvolver estratégias de enfrentamento ao racismo nas aulas.

No encontro de formação continuada relatado por Ribeiro e Brasil (2024), professores de Educação Física de Vila Velha (ES) discutiram o ensino da capoeira e do maculelê em diálogo com a Lei nº 10.639/2003 e a BNCC. Os relatos registraram resistência ao ensino dessas manifestações quando foram associadas de forma preconceituosa a religiões de matriz africana. O caso permite examinar como o preconceito religioso interfere na seleção dos conteúdos e em que medida a formação

e o apoio institucional podem sustentar escolhas curriculares comprometidas com o reconhecimento das culturas afro-brasileiras.

O Parecer CNE/CP nº 3/2004 relaciona a transformação das relações étnico-raciais a políticas educacionais, estratégias pedagógicas e formação docente (Brasil, 2004). O relatório de Geledés e Instituto Alana (2023) registra que 57% das secretarias municipais que responderam à pesquisa disseram oferecer formação sobre a temática. O dado mede a oferta declarada pelas secretarias. A continuidade das formações e seus efeitos no trabalho docente exigem outras evidências.

A discussão de Almeida (2019) sobre a reprodução do racismo nas instituições ajuda a compreender por que a atuação docente depende de condições institucionais. Na escola, isso envolve previsão do trabalho com as relações étnico-raciais no planejamento, formação, acesso a materiais e apoio da gestão diante de resistências. A distribuição dessas responsabilidades entre professores e equipe gestora contribui para que o ensino tenha continuidade ao longo do ano.

A competência geral 9 orienta a empatia, o diálogo e a resolução de conflitos em termos amplos. A competência específica 5 de Educação Física prevê o enfrentamento de atitudes discriminatórias, e a EF35EF12 propõe discutir formas de superar injustiças e preconceitos (Brasil, 2018, p. 10, 223, 229). A redação deixa a cargo do planejamento e da intervenção docente a identificação dos marcadores envolvidos e a escolha das formas de agir. No caso da capoeira e do maculelê, a Pedagogia da Conflitologia ajuda a distinguir divergências de situações de estigmatização. A Pedagogia dos Direitos Humanos orienta a proteção dos estudantes atingidos e a garantia do acesso ao conteúdo, com contextualização cultural e respeito à liberdade de crença (Salles Filho, 2016).

**Educação Física, Saúde e Desigualdades Raciais**

O quarto núcleo evidencia uma relação mais complexa entre Educação Física, racismo e saúde. Os estudos analisados permitem identificar duas linhas de discussão que nem sempre aparecem articuladas: de um lado, pesquisas que evidenciam os efeitos das desigualdades raciais sobre o acesso às práticas corporais e, consequentemente, sobre as condições de saúde; de outro, estudos que discutem o potencial da Educação Física escolar para a valorização das identidades negras e o enfrentamento do racismo.

Santos et al. (2024), em reflexão fundamentada na teoria ecossocial, discutem como o racismo estrutural atravessa as condições de vida e de saúde de adolescentes negros. O artigo reúne evidências da literatura sobre repercussões físicas e psíquicas das discriminações e sobre desigualdades no acesso aos serviços de saúde. Essa discussão ajuda a situar as experiências escolares em um contexto mais amplo de desigualdades raciais.

Esses achados permitem compreender que a promoção da atividade física não pode ser reduzida à responsabilização individual dos sujeitos. As possibilidades de adoção e manutenção de práticas corporais estão relacionadas às condições sociais, econômicas, territoriais e culturais em que os indivíduos vivem.

A perspectiva de uma epistemologia decolonial para a pesquisa em atividade física e saúde, proposta por Palma, Araújo e Rodrigues (2023), contribui para questionar modelos universalizantes e considerar os determinantes sociais que atravessam as experiências corporais. A divisão racial do espaço, discutida por Gonzalez (2020), ajuda a interpretar como as desigualdades na distribuição de infraestrutura urbana e equipamentos públicos podem restringir o acesso ao lazer e às práticas corporais nos territórios.

Os estudos sobre Educação Física antirracista acrescentam a essa discussão a valorização da identidade, da representação e do pertencimento. Nobrega (2020) discute os saberes mobilizados por docentes negros e o reconhecimento, por coordenadoras pedagógicas, da contribuição das aulas para a construção da identidade afro-brasileira dos estudantes. No contexto deste núcleo, o pertencimento permite discutir a qualidade da experiência escolar ao lado das condições de acesso às práticas corporais.

As competências específicas 3 e 9 da BNCC orientam, respectivamente, a reflexão sobre as relações entre práticas corporais e saúde e o reconhecimento do acesso a essas práticas como direito. A dimensão Protagonismo comunitário inclui a reflexão sobre os recursos disponíveis nos territórios (Brasil, 2018, p. 222-223). A Pedagogia dos Direitos Humanos permite discutir como garantir esse direito diante de barreiras raciais e sociais. Pela Pedagogia da Ecoformação, as relações entre corpo, comunidade e ambiente ajudam a examinar as condições de uso de pátios, praças e outros espaços de lazer e a formular alternativas de acesso com os estudantes (Salles Filho, 2016).

## Análise das Cinco Pedagogias Integradas da Paz e suas Contribuições para a Educação Física Antirracista

As cinco pedagogias integradas da paz propostas por Salles Filho (2016) permitem relacionar as questões discutidas nos núcleos. As Pedagogias dos Valores Humanos e dos Direitos Humanos ajudam a interpretar o reconhecimento cultural e as condições de participação. A Conflitologia e as Vivências/Convivências orientam a reflexão sobre a intervenção diante de exclusões e sobre a organização das experiências coletivas. A Ecoformação articula as práticas corporais às relações com a comunidade e o ambiente.

O reconhecimento da dignidade dos estudantes e a valorização dos conhecimentos de diferentes povos aproximam as Pedagogias dos Valores Humanos e dos Direitos Humanos. Na leitura da BNCC, as competências gerais 7, 9 e 10 oferecem referências para discutir a defesa de direitos, o respeito à diversidade e a responsabilidade coletiva (Brasil, 2018, p. 9-10). No currículo da Educação Física, essas referências ganham concretude quando se examina quais grupos são reconhecidos como produtores de cultura corporal e como os estudantes participam do ensino dessas práticas.

A Pedagogia da Conflitologia permite relacionar o diálogo e a cooperação à forma como as aulas são organizadas e os conflitos são enfrentados (Salles Filho, 2016). A leitura interseccional de Corsino et al. (2024) articula coeducação e antirracismo, chamando a atenção para experiências diferenciadas de estudantes conforme raça e gênero. Na prática pedagógica, essa aproximação permite examinar as exclusões produzidas nas equipes e avaliar se a reorganização das regras e dos papéis amplia as condições de participação.

A relação entre a Conflitologia e a competência geral 9 da BNCC constitui uma aproximação analítica entre a Educação para a Paz e o documento curricular. Em casos de racismo, a intervenção docente envolve identificar a violência discriminatória, proteger quem foi atingido e encaminhar a situação com a equipe escolar. O diálogo e as atividades coletivas podem favorecer a elaboração de respostas educativas que questionem as hierarquias presentes nas práticas corporais.

A Pedagogia da Ecoformação situa a convivência em relação ao ambiente e à responsabilidade coletiva (Salles Filho, 2016). No ensino de jogos e brincadeiras, essa perspectiva permite estudar como comunidades específicas produzem práticas

corporais em relação aos seus territórios. Ela também ajuda a discutir o acesso desigual aos espaços e aos materiais necessários para a vivência dessas práticas.

A Pedagogia das Vivências/Convivências situa na experiência compartilhada a aprendizagem de formas de convivência (Salles Filho, 2016). Silva, Saura e Zimmermann (2025) discutem a corporeidade, a oralidade, as rodas, a noção de comunidade e o planejamento coletivo como elementos de uma práxis docente antirracista. As rodas e as vivências corporais permitem observar como as decisões coletivas, o reconhecimento das diferenças e as relações de cooperação se desenvolvem durante as aulas.

A competência geral 9 e a dimensão Construção de valores da BNCC relacionam o acolhimento da diversidade, a cooperação e a intervenção diante de preconceitos (Brasil, 2018, p. 10, 221). O planejamento coletivo, as rodas de diálogo e a reorganização das condições de participação oferecem possibilidades de desenvolver essas aprendizagens e de enfrentar relações desiguais nas aulas.

Corrêa e Rodrigues (2021) identificam o diálogo, a contextualização das práticas e a participação dos estudantes entre os elementos do trabalho pedagógico antirracista. A articulação dessas estratégias com as pedagogias da paz permite discutir como as práticas corporais podem contribuir para relações mais democráticas nas aulas e para a efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no currículo.

Cortes e Pereira (2024) mapearam estudos publicados em periódicos e dissertações do ProEF entre 2013 e 2023. O artigo aponta a necessidade de aprofundar abordagens que articulem os marcadores de classe, raça e gênero na Educação Física escolar. A leitura integrada dos núcleos deste ensaio indica que a formação docente e o apoio institucional são condições para que a valorização cultural e a intervenção diante das discriminações tenham continuidade na escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise indica que a Educação Física escolar pode contribuir para o enfrentamento do racismo e para a promoção da não-violência ao contextualizar as práticas corporais, reorganizar as condições de participação e intervir diante de discriminações. O diálogo entre os estudos selecionados, a BNCC e as cinco pedagogias integradas da paz permite examinar essas possibilidades diante dos limites na formação docente, no apoio institucional e no enfrentamento do preconceito religioso.

Em relação aos objetivos específicos, a pesquisa identificou práticas e propostas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial, discutiu possibilidades de integração das culturas afro-brasileira e indígena e relacionou elementos didático-pedagógicos aos fundamentos da Cultura de Paz. As propostas curriculares de Mattos e Monteiro (2021) e os elementos de corporeidade, oralidade e planejamento coletivo discutidos por Silva, Saura e Zimmermann (2025) contribuem para essa reflexão. Em diálogo com o Coletivo de Autores (1992) e com Corrêa e Rodrigues (2021), tais aproximações reforçam a função cultural, crítica e social da Educação Física.

Nos quatro núcleos, participação, reconhecimento cultural, formação docente e saúde aparecem articulados. As desigualdades de participação nas aulas e os obstáculos à seleção de práticas de matrizes africanas e afro-brasileiras mostram por que a efetivação das leis exige condições concretas de ensino. O caso de Vila Velha discutido por Ribeiro e Brasil (2024) e a revisão de Alves Braz e Domingos (2026) apontam a importância da formação para a educação das relações étnico-raciais e do apoio institucional à sua continuidade.

A especificidade da Educação Física está em tornar essas questões observáveis na experiência corporal compartilhada. Na formação de equipes, nas rodas, nos jogos cooperativos e nas práticas de matrizes afro-brasileiras e indígenas, é possível discutir quem participa, quais saberes são reconhecidos e como a turma responde a situações de exclusão. O professor pode organizar as atividades, intervir diante de discriminações e retomar com os estudantes os efeitos dessas escolhas na convivência.

A pesquisa se limita à análise dos materiais bibliográficos e documentais selecionados, sem observação direta de práticas escolares. Portanto, as relações discutidas não demonstram a efetivação das aprendizagens no cotidiano das aulas. Estudos de campo poderão aprofundar a investigação sobre participação, pertencimento e convivência, por meio de observações e do diálogo com professores e estudantes.

As experiências descritas nos estudos mostram que a Educação Física já dispõe de práticas que a aproximam da Cultura de Paz. Sua consolidação depende das condições de cada escola e das oportunidades de formação. A formação inicial pode aproximar futuros professores da promoção da Cultura de Paz quando inclui o planejamento de práticas antirracistas, experiências supervisionadas de ensino e a discussão de intervenções diante de discriminações. A preparação efetiva de

licenciandos para essas situações constitui uma questão para pesquisas de campo. No cotidiano escolar, a continuidade do trabalho depende de formação docente, materiais adequados, apoio da gestão e articulação com a comunidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Estadual de Ponta Grossa pela oportunidade de realizar minha formação acadêmica e pelas experiências e aprendizados proporcionados ao longo dessa trajetória.

A todos os professores que contribuíram para minha formação, agradeço pelos conhecimentos compartilhados, pela dedicação ao ensino e pelo incentivo à reflexão crítica sobre a educação e a atuação docente.

À minha família, agradeço pelo amor, pela compreensão e pelo apoio durante esta caminhada. A presença e o incentivo de vocês foram fundamentais para enfrentar os desafios e alcançar esta conquista.

Aos meus amigos, agradeço pela amizade, pelas palavras de incentivo e pelos momentos compartilhados, que tornaram essa trajetória mais leve e significativa.

### Declaração de uso de inteligência artificial

Esta versão de trabalho recebeu apoio de inteligência artificial generativa na organização inicial, formulação de trechos e revisão linguística. O conteúdo, as fontes, a argumentação e as escolhas da versão submetida são de responsabilidade da autoria.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES BRAZ, Milena Marcintha; DOMINGOS, Luís Tomás. Os desafios da formação docente para a educação das relações étnico-raciais (ERER) e a Lei 10.639/03: revisão integrativa. **Revista Educação & Ensino**, Fortaleza, v. 10, p. 1-21, 2026. DOI: 10.71136/ree.v10i0.1065. Disponível em: https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/1065. Acesso em: 01 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10639-9-janeiro-2003-493157-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 27 ago. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html. Acesso em: 26 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 11 fev. 2026.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

CORRÊA, Denise Aparecida; RODRIGUES, Paloma de Campos. Reconhecer para enfrentar: práxis pedagógica antirracista na educação física escolar. **Motricidades: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana**, São Carlos, v. 5, n. 3, p. 294-307, 2021. DOI: 10.29181/2594-6463-2021-v5-n3-p294-307. Disponível em: https://www.motricidades.org/journal/index.php/journal/article/view/2594-6463-2021-v5-n3-p294-307. Acesso em: 11 nov. 2026.

CORSINO, Luciano Nascimento; BARRETO, Silas Mota; VENÂNCIO, Luciana; SANCHES NETO, Luiz; CONCEIÇÃO, Willian Lazaretti da. Educação física escolar e interseccionalidades: da coeducação ao antirracismo na experiência mimética com a juventude. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Uberlândia, v. 46, e20240046, 2024. DOI: 10.1590/rbce.46.e20240046. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce/a/QTTnx4D3Y77Lftp6KvVpvfn/?lang=pt. Acesso em: 23 jun. 2026.

CORTES, Suelen Gonçalves de Oliveira; PEREIRA, Mateus Camargo. Rumos da pesquisa brasileira em educação física escolar e a interseccionalidade. **Corpoconsciência**, Cuiabá, v. 28, e17944, 2024. DOI: 10.51283/rc.28.e17944. Disponível em: https://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/17944. Acesso em: 11 nov. 2026.

GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA; INSTITUTO ALANA. **Lei 10.639/03**: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo: Instituto Alana, 2023. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2023/04/lei-10639-pesquisa.pdf. Acesso em: 30 ago. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MARTINS, Bruno Rodolfo. Diversidade Cultural, descolonização e educação [física] antirracista. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 20, n. 227, p. 154-164, 2021. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/53931. Acesso em: 8 jun. 2025.

MARTINS, Mariana Zuaneti; VASQUEZ, Vitor Lacerda; MION, Maria Paula Louzada. Associações entre gênero, classe e raça e participação nas aulas de Educação Física. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 27, e0285, 2023. DOI: 10.12820/rbafs.27e0285. Disponível em: https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/14986. Acesso em: 19 jun. 2026.

MATTOS, Ivanilde Guedes de; MONTEIRO, Pamela Tavares. Educação Física: corpos negros e insurgências epistêmicas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 43, e007820, 2021. DOI: 10.1590/rbce.43.e007820. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce/a/Vscw6CNHS7NBhR9hc55cYBh/?lang=pt. Acesso em: 19 jun. 2026.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Por uma educação física antirracista. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 34, n. esp., p. 51-61, 2020. DOI: 10.11606/1807-5509202000034nesp051. Disponível em: https://revistas.usp.br/rbefe/article/view/173145. Acesso em: 20 jul. 2026.

OLIVEIRA, Elina Rodrigues de; SILVINO, Flaviana Custódio; FINOQUETO, Leila Cristiane Pinto. Acenos para uma educação física antirracista: caminhos árduos a percorrer após 20 anos de implementação da Lei nº. 10639/2003. **Revista Cocar**, Belém, v. 19, n. 37, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7190. Acesso em: 2 ago. 2026.

PALMA, Alexandre; ARAÚJO, Mariane Ferreira dos Santos; RODRIGUES, Phillipe Augusto Ferreira. Pesquisa em atividade física e saúde: a urgência de uma epistemologia decolonial. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 45, e20230053, 2023. DOI: 10.1590/rbce.45.e20230053. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbce/a/QJ8zSF5bWCCwZRWz7zTJpzK/?lang=pt. Acesso em: 11 jun. 2026.

RIBEIRO, Katy Kenyo; BRASIL, Ugo Vilen. A influência religiosa na prática do docente: limitações identificadas na escolha dos conteúdos que contemplem a Lei 10.639/03 e a BNCC, na construção das aulas de educação física do município de Vila Velha - ES. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 13, e14070, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.13-475. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.13-475. Acesso em: 13 set. 2026.

SALLES FILHO, Nei Alberto. Educação para paz: um caminhar no pensamento complexo através de cinco pedagogias integradas e complementares. **Revista Polyphonía**, Goiânia, v. 27, n. 1, p. 137-153, 2016. DOI: 10.5216/rp.v27i1.42291. Disponível em: https://revistas.ufg.br/sv/article/view/42291. Acesso em: 01 set. 2026.

SANTOS, Iraneide Nascimento dos; BLACK, Taciana Lima de Paula; SILVA, Kalina Vanderlei; SANTOS, Carolina da Franca Bandeira Ferreira. O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 34, e34025, 2024. DOI: 10.1590/S0103-7331202434025pt. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/9CFf4t8LsckS8nsh9dmKLHb/?lang=pt. Acesso em: 11 ago. 2026.

SILVA, Valéria Couto da; SAURA, Soraia Chung; ZIMMERMANN, Ana Cristina. Práxis docente para uma Educação Física Escolar Antirracista. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 39, e39239391, 2025. DOI: 10.11606/issn.1981-4690.2025e39239391. Disponível em: https://revistas.usp.br/rbefe/article/view/239391. Acesso em: 11 nov. 2026.